

**Título: A Transitoriedade e os vínculos psicossociais na condição do abrigo**

**Autora:** Maria Ignez Costa Moreira – Instituto de Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PUC Minas. [maigcomo@uol.com.br](mailto:maigcomo@uol.com.br)

Este artigo pretende refletir sobre o aspecto da transitoriedade vivida na situação do acolhimento institucional de crianças e adolescentes. A transitoriedade está ligada à rotatividade, não só de crianças e adolescentes, mas também dos próprios educadores. A transitoriedade parece despertar em todos os envolvidos sentimentos de ansiedade e angústia. Esta situação parece mobilizar um sentido de urgência em todas as ações que devem ser tomadas para a resolução dos casos das crianças em medida protetiva e de suas famílias, e por vezes tal premência de soluções pragmáticas leva à desconsideração de processos subjetivos de elaboração, por parte das famílias de suas potencialidades e vivências. Mas, de outro lado, a transitoriedade também leva a certa paralisia, como se diante da situação transitória só restasse a todos os envolvidos esperar o tempo passar.

Serão apontados neste artigo algumas reflexões sobre a transitoriedade retiradas da intervenção psicossocial realizada com educadores de entidades de abrigo na cidade de Belo Horizonte (MG).

As entidades para acolhimento institucional de crianças em medida protetiva podem ser compreendidas em sentido amplo como instituições educativas e de cuidado. Sua finalidade, como define Enriquez (1987) citado por Garay (1987) é a existência das pessoas e, não a produção de bens materiais ou de serviços. Para Garay (1987) tais instituições centram-se

“nas relações humanas, na trama simbólica e imaginária em que essas se inscrevem, mas não nas relações econômicas. Operam com seres humanos aos quais possibilitam, ou não, viver, trabalhar, educar-se, confortar-se, curar-se, mudar e talvez criar o mundo à sua imagem” (GARAY, 1987 p. 116)

Nas Entidades com as quais trabalhamos o eixo principal do trabalho é constituído pelas relações humanas, nas quais todos estão implicados: as crianças, os adolescentes, os educadores, as famílias, os trabalhadores dos equipamentos sociais, de saúde, escolares, jurídicos, da assistência que se relacionam cotidianamente com as entidades encarregadas de acolher as crianças e os adolescentes em medida protetiva de abrigo. Neste sentido, a finalidade desta instituição a “existência das pessoas” implica a todos.

Os educadores têm uma dupla inserção, de um lado são aqueles que realizam as tarefas educativas e de cuidado, com crianças pequenas, mas o fazem de um lugar profissional, têm vínculos trabalhistas, direitos e deveres. Mas, não é um trabalho qualquer, é um trabalho que apela o tempo todo para princípios éticos, de dedicação ao próximo, posto que a entidade tem vinculações religiosas. No entanto, muitas vezes os educadores não se reconhecem no seu trabalho, uma delas declarou em uma das oficinas de grupo que “*Estamos num lugar onde o trabalho não tem um produto*”. Esta frase gerou uma reflexão que levou o grupo a deslocar-se da idéia de produto para a idéia de processo. Os educadores viram que mais difícil do que quantificar produtos e casos bem sucedidos era se a ver com um processo descontínuo, que se desenvolve em um labirinto de equipamento de assistência e jurídicos.

Os educadores revelaram que não tinham a noção de todo o caminho percorrido nas diversas instâncias por cada um dos “casos”, não sabiam quanto tempo ficariam com aquela criança que acabava de chegar, não tinham idéia de quanto tempo teriam com cada uma delas. Esta reflexão que o grupo desenvolveu a partir desta declaração evidenciou a relação com o tempo de permanência das crianças e dos adolescentes e a questão dos vínculos afetivos estabelecidos nas relações com elas.

A questão do tempo de permanência das crianças e dos adolescentes, nas entidades de acolhimento institucional desafia permanentemente os educadores e revela o quanto a medida de abrigo é complexa e envolve uma série de ações tanto por parte dos trabalhadores das esferas da assistência e jurídica quanto da própria família.

São muitas as lógicas temporais que envolvem a medida. Temos marca legal dos três meses de permanência. Mas, temos o tempo necessário, que muitas vezes ultrapassa estes três meses, para a concretização de iniciativas por parte das famílias que envolvem toda rede de assistência, bem como uma série de equipamentos sociais, como exemplo pode-se citar o tempo de duração de cursos de capacitação dirigidos aos pais e/ou responsáveis, a busca de documentos desde a certidão de nascimento dos filhos à carteira de trabalho, a busca de meios para a geração de renda, a melhoria das condições de moradia, entre outras. Estas são algumas providências exigidas para que as famílias possam receber de volta os seus filhos.

Além desses “tempos” há outro tempo regido pela lógica subjetiva para a elaboração da experiência do abrigamento, da reconstrução dos laços e do fortalecimento das potencialidades da família. Estas lógicas temporais embora que distintas não estão desarticuladas. A entidade de acolhimento não pode se restringir à lógica de um equipamento prestador de um serviço, muito mais do que isso, concordando com Garay (1998) é uma instituição da “existência”.

O período de permanência das crianças e dos adolescentes nas entidades de acolhida é vivido ora como “*longo demais*” ou como “*curto demais*” pelos educadores, uma vez que a medida de abrigo aponta que a permanência da criança ou do adolescente na entidade não será definitiva, ela é provisória, é uma passagem. O momento da chegada da acolhida da criança e do adolescente é também o momento no qual se inicia uma série de ações que visa o desligamento, no período mais curto possível.

Neste sentido a tarefa dos educadores não é nada fácil. É preciso construir um vínculo positivo com a criança e o adolescente que são acolhidos. Este vínculo possibilita de um lado, a construção da prática educativa, e de outro, ajuda a criança e o adolescente a restaurarem a própria possibilidade de estabelecer novas relações afetivas. A tarefa dos educadores tem como sentido a mediação, no sentido de possibilitar que a criança e o adolescente construam sua autonomia.

Os educadores exercem a mediação entre a criança e o adolescente e a sua família de origem ou a família substituta, mas também com a escola, com as instituições jurídicas responsáveis pelos encaminhamentos do caso, com as instituições de saúde e com os equipamentos sociais disponíveis na comunidade.

Tanto a construção de novos vínculos quanto a mediação com os equipamentos sociais citados são ferramentas importantes que possibilitam a saída da criança e do adolescente da instituição, para que possam retornar às suas famílias de origem ou que possam ser inseridos em famílias substitutas. Ajudar as crianças e aos adolescentes a não ficarem retidos no abrigo, é uma forma de defesa de seus direitos à convivência familiar e comunitária. Os educadores sabem desses princípios, no entanto o seu exercício traz inúmeros conflitos.

Um deles está exatamente entre a criação de um vínculo afetivo positivo entre as crianças e os adolescentes com os educadores, e a busca de evitar a criação destes vínculos.

As crianças e os adolescentes chegam às entidades, com histórias de vínculos afetivos fragilizados ou interrompidos com seus pais, irmãos, professores, colegas de escola e amigos. A quebra dos vínculos afetivos traz sofrimento e, muitas vezes as crianças e os adolescentes desenvolvem uma série de mecanismos e modos para não criar vínculos afetivos com os companheiros do Abrigo e com os educadores. Estes mecanismos servem para defendê-los de novos sofrimentos, afinal eles antecipam que a ligação será quebrada, antecipam que viverão novamente outras situações de perda. Muitas vezes este temor é

manifestado na recusa por tudo o que é oferecido, na resistência para aceitar as novas regras e, nas tentativas de fuga.

Em uma entidade de acolhida para adolescentes do sexo feminino, em medida protetiva em Belo Horizonte, ocorria com muita frequência a fuga de adolescentes. A cena narrada pelas educadoras era a seguinte: quando elas retornavam da escola, das atividades de jornada ampliada ou do trabalho como aprendizes, após o jantar, quando todos, educadores e adolescentes, estavam sentadas na varanda conversando, elas iniciavam o processo de fuga, e uma a uma diante dos olhares atônitos das educadoras pulavam o muro. Algumas retornavam um ou dois dias depois. Discutindo o problema com os educadores vimos que havia ali um teste: elas seriam de fato aceitas? Seria possível sair e retornar?

Recentemente, na Casa Lar, onde desenvolvemos o projeto de extensão, houve por decisão da Direção da entidade a demissão de todos os educadores e coordenadora da Casa, e a contratação de novos profissionais. As crianças reagiram a esta situação com grande agressividade: brigaram entre elas, quebraram objetos, enfrentaram a Coordenação e os educadores com expressões “você não manda em mim”. Foi um momento de extrema tensão e angústia por parte de todos os envolvidos. Foi necessário um grande esforço para ler e traduzir em palavras os atos das crianças: elas atualizavam ali todas as perdas anteriores e manifestavam seu ódio, sua raiva e sua insegurança. Por outro lado, elas se defendiam em relação à criação de novos vínculos afetivos, pois a ameaça de perda dos mesmos lhes parece real e iminente. Elas também se apresentavam como crianças não “amáveis” chamando para si a hostilidade dos novos educadores. É preciso considerar que, muitas vezes a medida de acolhida em instituição, não traz para as crianças um sentimento de conforto e amparo, antes desperta nelas o medo e a culpa, muitas vezes ele se sentem culpadas pelo sofrimento causado aos seus pais. É preciso lembrar que os pais, mesmo quando são os agentes da violência são também objeto de amor. No episódio da troca de toda a equipe as crianças também viveram um sentimento de culpa frente ao destino dos antigos educadores.

Por outro lado, os educadores também podem viver certo temor de criar vínculos com as crianças e os adolescentes, pois também temem sofrer ao vê-los partir e mesmo sem perceber, acabam por evitar, defensivamente a aproximação mais espontânea e afetiva. Eles receiam criar certa dependência das crianças e dos adolescentes tanto com eles quanto com a própria casa o que dificultaria o desligamento destes com a entidade de abrigo.

Esta atitude defensiva é traduzida às vezes em extrema rigidez com relação às normas da casa, por exemplo, uma criança estava doente e passou um dia inapetente, ao final da tarde e, fora dos horários convencionais das refeições, ela pede à educadora que lhe prepare um ovo, e a educadora recusa, pois aquela “*não era hora de comer um ovo*”.

No outro extremo temos a atitude também defensiva que se manifesta no “*laissez-faire*”. Os educadores tendem a deixar que as crianças façam tudo o que desejam, sem a interposição de nenhum limite. Afinal se as crianças podem fazer tudo o que desejam, elas não têm porque se aproximar, fazer alguma demanda, não é preciso dizer não e nem colocar limites, o que suscitaria alguma reação e, portanto levaria à criação de um vínculo.

Outro conflito também se apresenta na própria organização do espaço físico da Casa. É necessário que a casa ofereça conforto às crianças, mas de outro se teme que as crianças prefiram o espaço da entidade, do que as suas próprias casas, usualmente pobres, desconfortáveis. Uma educadora nas oficinas realizadas declarou que “*a criança não pode gostar mais do abrigo e, menos da sua própria casa*”. Dito de outro modo podemos entender que também o espaço deve deixar claro de que se trata de um lugar provisório, portanto com certo imprevisto.

Mas, as contradições atravessam a experiência do acolhimento institucional, e neste sentido outro grande desafio é o de não tornar a experiência de abrigamento mais uma experiência negativa na vida das crianças, dos adolescentes e dos educadores, que os impeçam

de criar vínculos e construir uma auto-estima positiva. O acolhimento da criança e do adolescente é temporário e transitório, mas apesar disto, esta experiência pode ser muito importante para que eles possam criar e fortalecer ou restaurar seus vínculos afetivos e, serem encorajados no exercício de sua cidadania e no seu desenvolvimento pessoal.

A transitoriedade traz também por vezes a sensação aos educadores que suas ações não produzem resultados. Alguns elementos contribuem para isso: a alta rotatividade de crianças; o fato dos educadores, nem sempre, terem informações sobre a história de vida das crianças e, nem de seus destinos depois do desligamento da entidade. As histórias parecem de certo modo repetir-se diante dos educadores: é o mesmo enredo, com mudança dos atores. Ou seja, falta muitas vezes a possibilidade de reflexão e interação com história singular de cada criança e de cada família. Os resultados das ações dos educadores podem não se revelar de forma imediata e nem através de grandes mudanças, mas revelam-se em pequenas e cotidianas transformações. Às vezes são quase imperceptíveis, mas estão lá. O caminho das mudanças não pode ser comparado a uma estrada reta, ao contrário é uma estrada tortuosa e cheia de curvas. Muitas vezes, os educadores, as crianças, os adolescentes, os trabalhadores dos equipamentos sociais, de saúde, de assistência se perdem no caminho, e às vezes é preciso voltar atrás para poder continuar. Estas idas e vindas não são perda de tempo, mas parte do processo de mudança.

Nem sempre a chegada de uma nova criança na Casa pode ser prevista e preparada, pelos responsáveis pela entidade. As crianças às vezes chegam à noite, trazidas por conselheiros tutelares, agentes do Juizado da Infância e da Juventude, em alguns casos até pela polícia militar. A entrada na Casa é um momento muito delicado, é comum que elas cheguem fragilizadas, com medo, inseguras, apresentando alguma resistência à nova situação. Muitas vezes é difícil para as crianças compreenderem que a medida de abrigo é uma proteção e, não uma punição para ela. Neste momento, a experiência dos educadores tem mostrado que o importante é acolher a criança, colocar-se disponível para ela. Quando se pode prever a chegada de uma nova criança é possível preparar a sua recepção, e neste sentido, a participação das crianças que já estão abrigadas é muito importante, elas podem mostrar a casa, contar sobre o dia a dia e as atividades desenvolvidas.

Assim como a chegada, a saída da criança da Casa é também muito importante. O processo de desligamento começa no momento de sua chegada. O desligamento pode significar o retorno da criança à sua família de origem ou a sua inserção em uma família substituta. Mas, assim como a chegada o desligamento é feito algumas vezes sem uma preparação prévia, e o desligamento é vivido como uma ruptura e de novo as revivências das perdas são inevitáveis. O modo como o desligamento da criança da entidade é construído é fundamental para que se possa evitar “cronificação”, ou seja, a criação da figura da “criança com trajetória de abrigo”.

Os profissionais das entidades de acolhimento precisam também serem acolhidos, é preciso cuidar da formação deles, para que possam trabalhar para que a criança não mais necessite daquele acolhimento institucional, trabalhar não para permanecerem necessários, trabalhar com a certeza de que mesmo quando não estiver mais presente fisicamente na vida das crianças, terá contribuído em seus processos de subjetivação e na sua formação enquanto um sujeito autônomo.

## REFERÊNCIAS

**Projeto político-educativo para entidades de abrigo:** marco teórico orientador das relações./ Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Belo Horizonte: PBH/SMAAS, 2008.

GARY, Lucía. A questão institucional da educação e as escolas: conceitos e reflexões. In Butelman, Ida (org). **Pensando as Instituições**. Porto Alegre: Artmed, 1998.